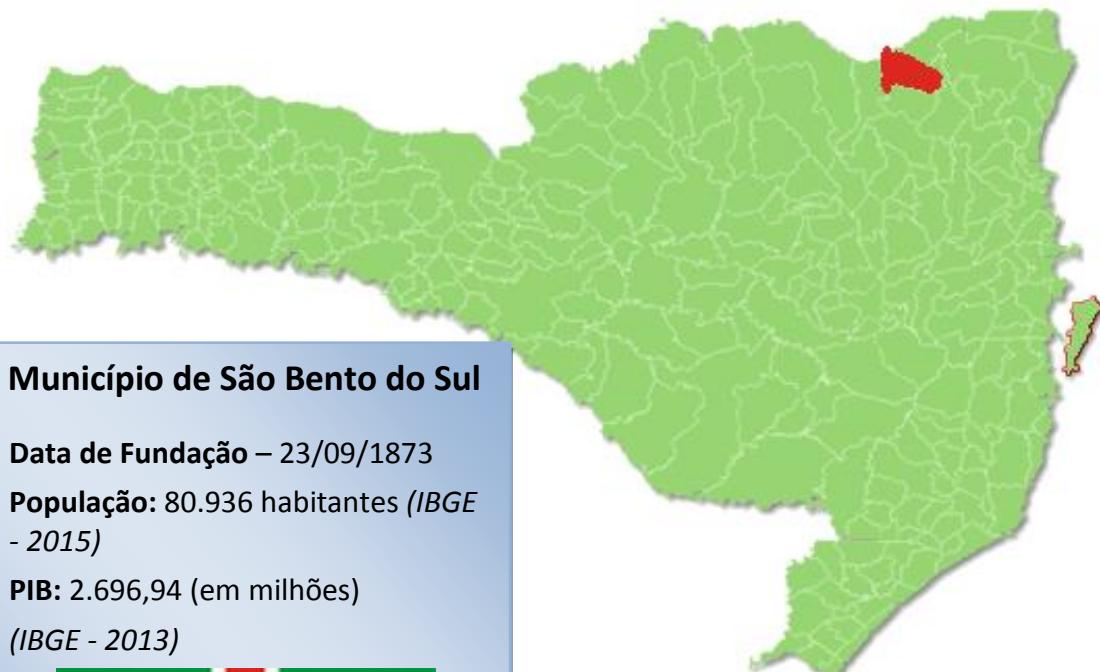


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2015



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	16
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	24
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	26
5.1. Saúde.....	26
5.2. Ensino	28
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	28
5.2.2. FUNDEB.....	29
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	32
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	32
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	33
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	35
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	36
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	37
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	38
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	41
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	42
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	43

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	44
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	45
8. RESTRIÇÕES APURADAS	49
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015.....	50
CONCLUSÃO	50
ANEXO	53
APÊNDICE.....	55



PROCESSO	PCP 16/00119490
UNIDADE	Município de São Bento do Sul
RESPONSÁVEL	Sr. Fernando Tureck - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015
RELATÓRIO N°	2437/2016

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de São Bento do Sul, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange São Bento do Sul, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 27/09/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais

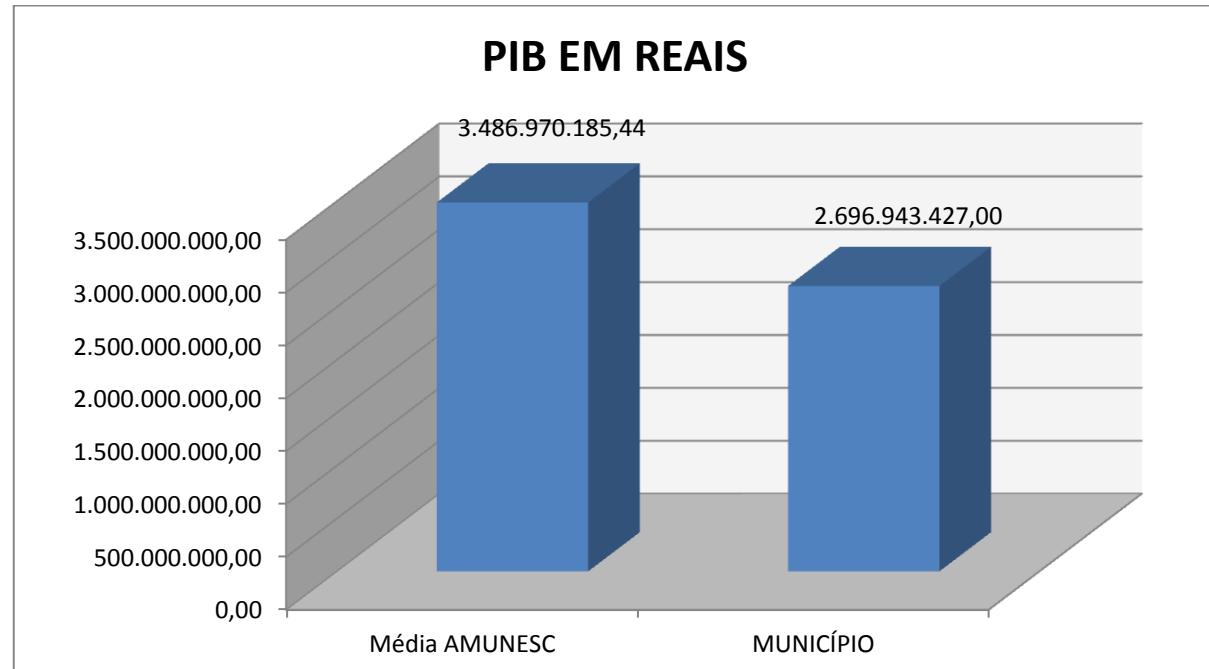
encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de São Bento do Sul tem uma população estimada em 80.936¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,78². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 2.696.943.427,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 34.139,39, considerando uma população estimada em 2013 de 78.998 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

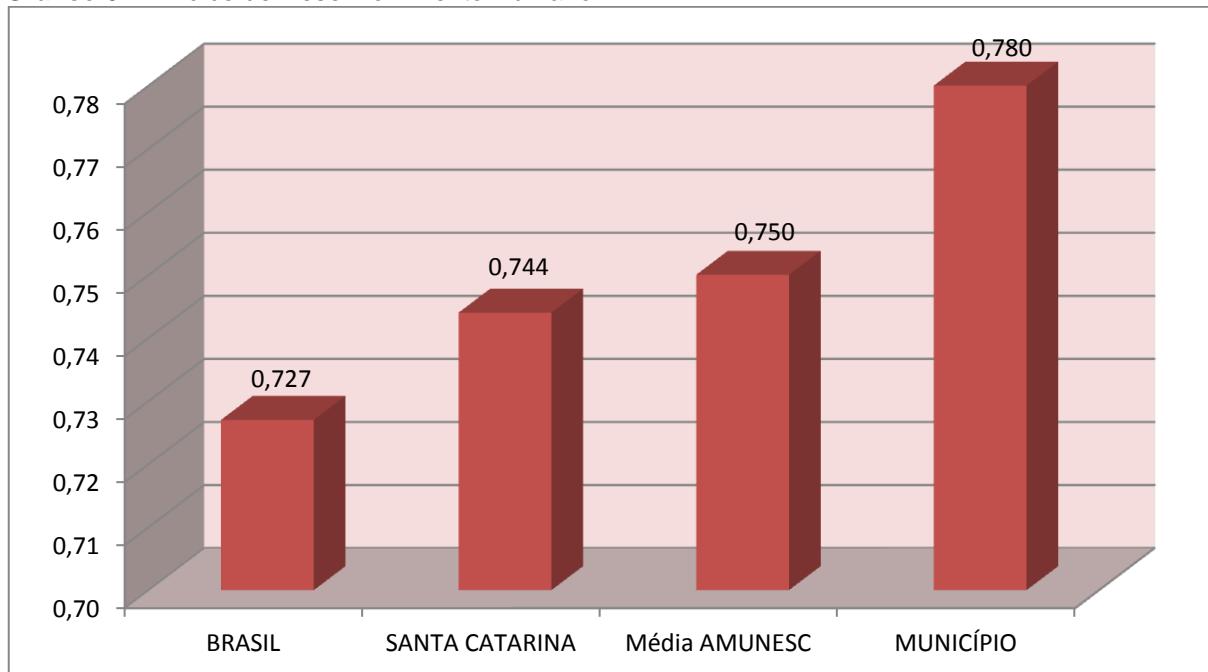
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de São Bento do Sul encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2015

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	286.207.247,00
PPA	3220/20013	07/06/2013		
LDO	3429/2014(*)	07/08/2014	DESPESA FIXADA	
LOA	3459/2014	17/10/2014		

(*) alterada pela Lei Municipal n. 3463 de 15/12/2014

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de R\$ 18.456.015,63, correspondendo a 7,70% da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 18.456.015,63, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 3.143.392,79 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 21.599.408,42.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais - IPRESBS, o Município apresentou Déficit de R\$ 6.417.807,70.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 10.028.149,70), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	286.207.247,00	239.788.457,78	83,78
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	319.479.051,41	221.332.442,15	69,28
Superávit de Execução Orçamentária	18.456.015,63		
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído o IPRESBS			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do IPRESBS	Déficit excluído o IPRESBS
RECEITA	239.788.457,78	42.486.221,29	197.302.236,49
DESPESA	221.332.442,15	17.612.397,96	203.720.044,19
Resultado de Execução Orçamentária	18.456.015,63	24.873.823,33	6.417.807,70

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem IPRESBS e o resultado da execução orçamentária ajustada sem IPRESBS, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 709.150,95, importa em R\$ 7.083,51, conforme restrição anotada no capítulo 8.1.

Obs.: A receita no montante de R\$ 42.486.221,29, assim como a despesa no montante de R\$ 17.612.397,96, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao IPRESBS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de São Bento do Sul nos últimos 5 anos:

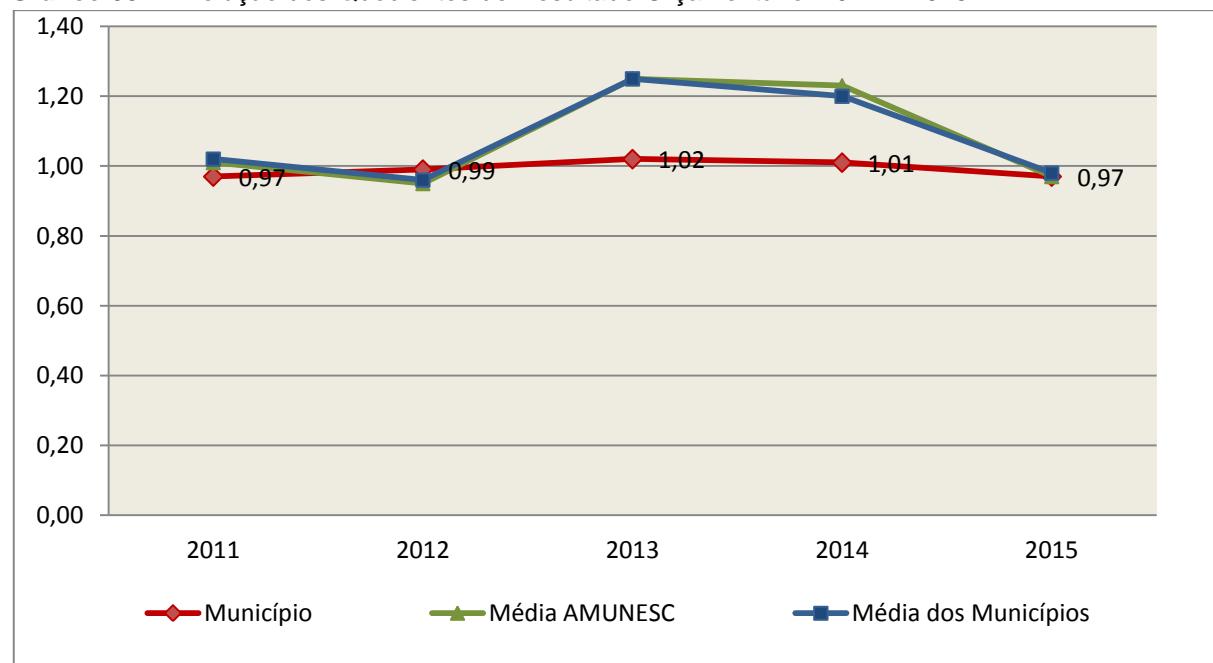
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2011-2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Receita realizada	148.624.795,00	173.984.153,86	170.118.942,82	190.054.360,22	197.302.236,49
2 Despesa executada	153.414.887,69	175.356.849,30	167.203.220,93	188.614.620,42	203.720.044,19
QUOCIENTE	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,97	0,99	1,02	1,01	0,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 239.788.457,78**, equivalendo a **83,78%** da receita orçada.

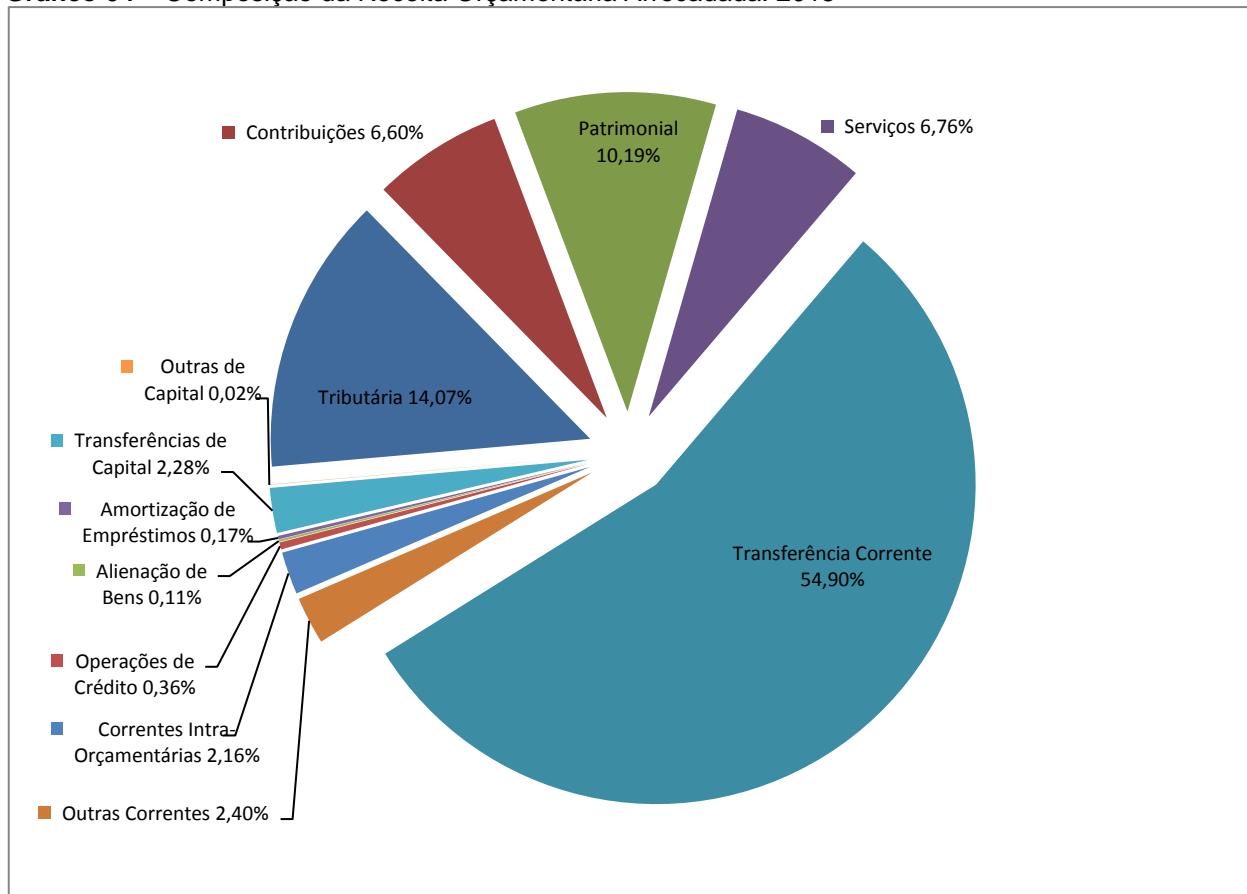
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	30.767.000,00	33.730.201,70	109,63
Receita de Contribuições	16.181.865,00	15.837.642,36	97,87
Receita Patrimonial	36.748.235,00	24.425.208,78	66,47
Receita de Serviços	17.175.280,00	16.198.055,55	94,31
Transferências Correntes	136.537.347,00	131.632.912,42	96,41
Outras Receitas Correntes	8.387.595,00	5.762.991,70	68,71
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	6.023.415,00	5.169.421,86	85,82
RECEITA CORRENTE	251.820.737,00	232.756.434,37	92,43
Operações de Crédito	17.000.000,00	854.467,69	5,03
Alienação de Bens	883.900,00	265.250,00	30,01
Amortização de Empréstimos	565.000,00	410.706,63	72,69
Transferências de Capital	15.337.610,00	5.457.865,45	35,58
Outras Receitas de Capital	600.000,00	43.733,64	7,29
RECEITA DE CAPITAL	34.386.510,00	7.032.023,41	20,45
TOTAL DA RECEITA	286.207.247,00	239.788.457,78	83,78

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

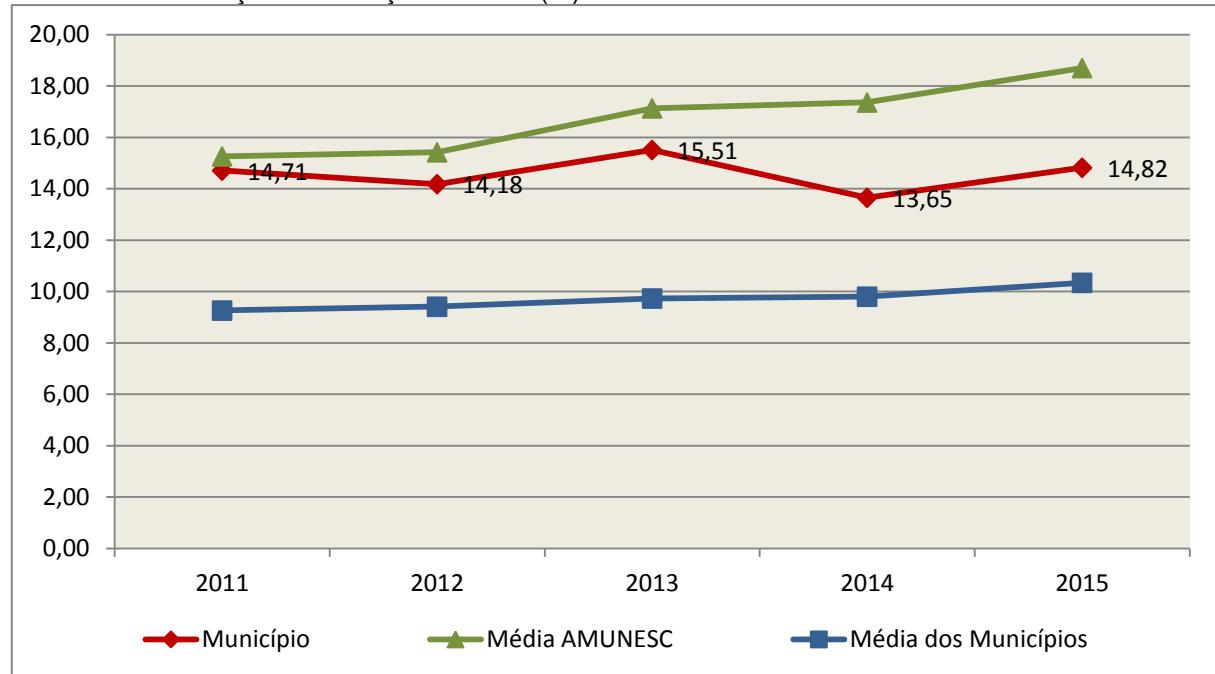


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **54,90%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015

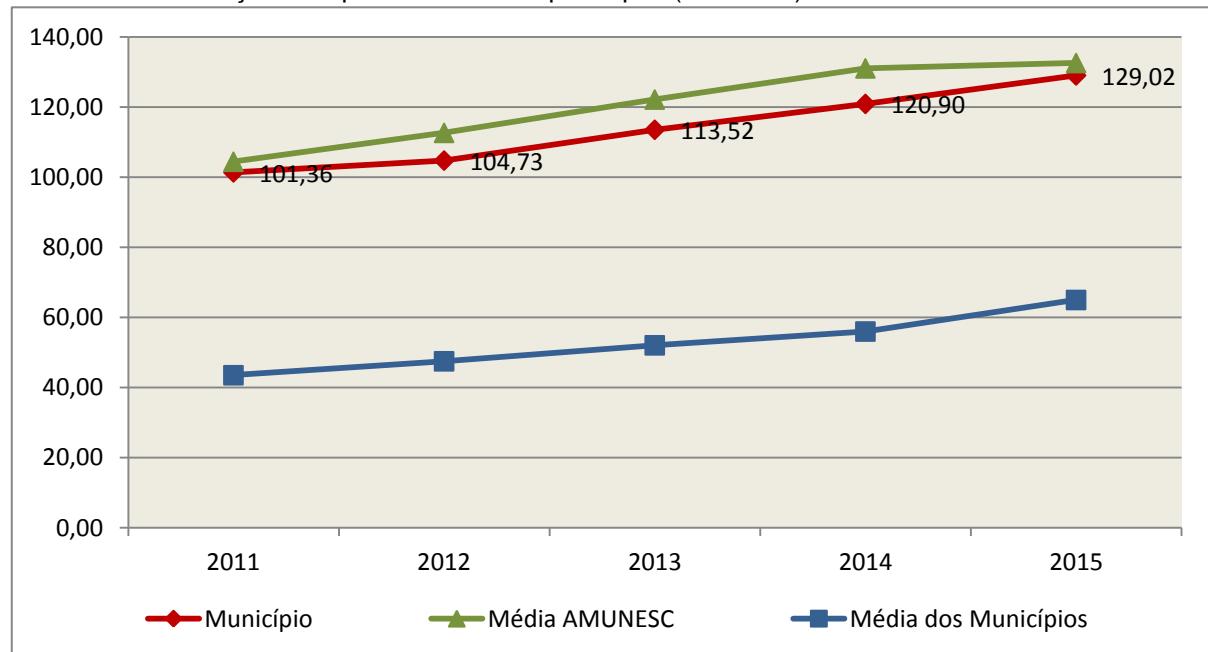


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

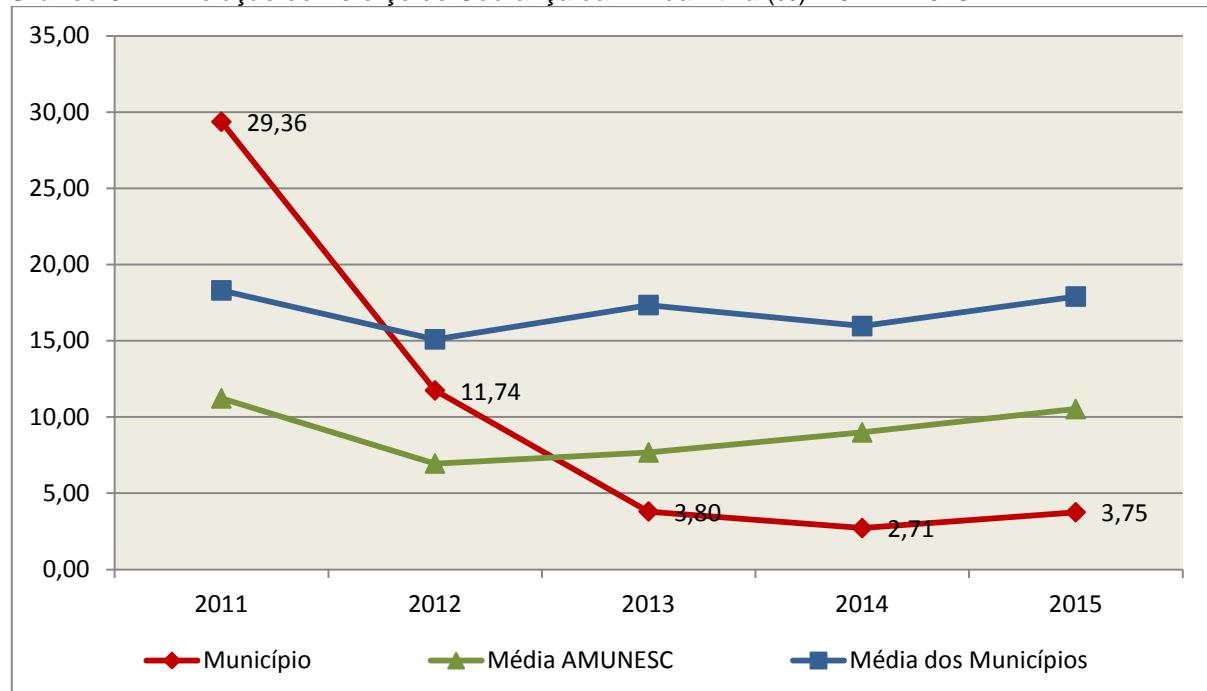
Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
82.146.762,63	74.457.812,61	3.083.151,76	58.656.793,21	94.864.630,27

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Obs.: A divergência entre o saldo anterior e o saldo inicial das contas contábeis de dívida ativa em 2015, no montante de 568.618,89, foi ajustada na coluna inscrição/Transferências/Atualização.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada:
2015

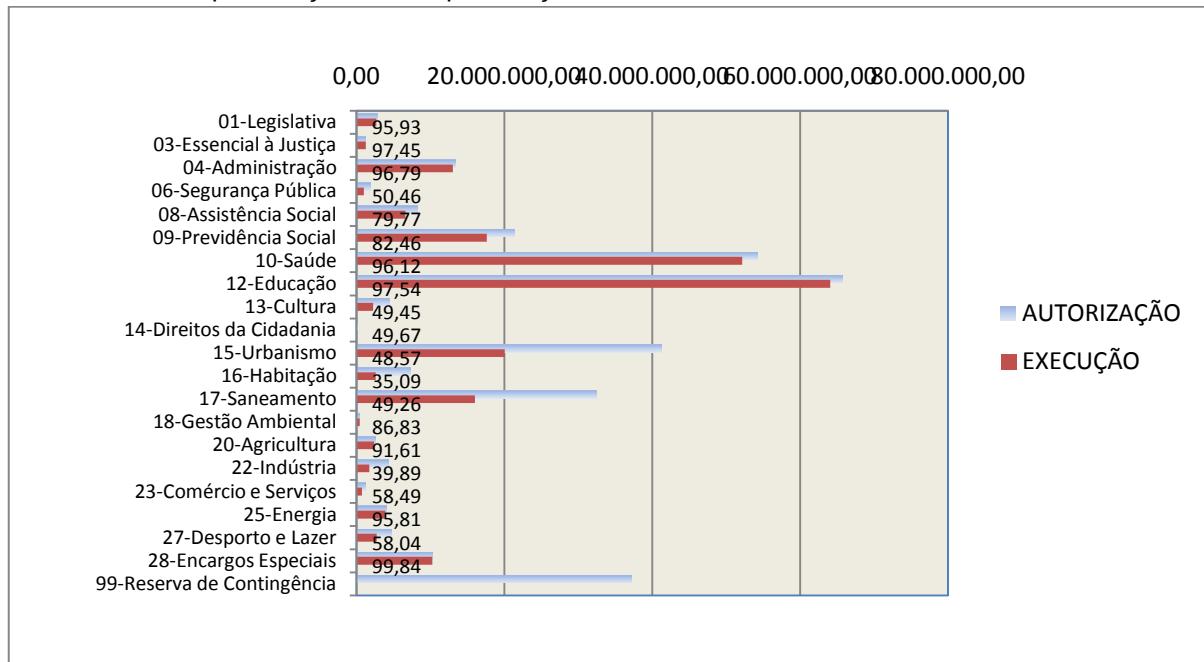
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	2.800.000,00	2.685.911,23	95,93
03-Essencial à Justiça	1.289.655,00	1.256.759,33	97,45
04-Administração	13.448.951,02	13.017.239,99	96,79
06-Segurança Pública	1.943.819,59	980.808,11	50,46
08-Assistência Social	8.278.591,44	6.603.757,11	79,77
09-Previdência Social	21.359.000,00	17.612.397,96	82,46
10-Saúde	54.270.566,86	52.166.173,97	96,12
12-Educação	65.679.227,21	64.060.772,41	97,54
13-Cultura	4.486.853,64	2.218.546,75	49,45
14-Direitos da Cidadania	92.400,00	45.891,63	49,67
15-Urbanismo	41.211.963,84	20.018.256,28	48,57
16-Habitação	7.345.574,86	2.577.423,17	35,09
17-Saneamento	32.466.031,77	15.993.004,64	49,26
18-Gestão Ambiental	465.500,00	404.212,89	86,83
20-Agricultura	2.585.556,00	2.368.619,13	91,61
22-Indústria	4.325.220,00	1.725.386,65	39,89
23-Comércio e Serviços	1.255.401,68	734.235,64	58,49
25-Energia	4.033.879,42	3.864.688,85	95,81
27-Desporto e Lazer	4.701.438,24	2.728.735,53	58,04
28-Encargos Especiais	10.285.740,84	10.269.620,88	99,84
99-Reserva de Contingência	37.153.680,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	319.479.051,41	221.332.442,15	69,28

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	1.864.140,38	1.928.928,89	2.381.801,41	2.593.109,71	2.685.911,23
03-Essencial à Justiça	1.300.916,08	914.377,29	1.206.222,10	1.423.503,93	1.256.759,33
04-Administração	16.422.518,03	14.986.463,41	13.326.463,84	11.828.033,68	13.017.239,99
06-Segurança Pública	1.050.114,08	1.161.993,51	1.057.639,36	1.456.695,72	980.808,11
08-Assistência Social	3.946.057,59	5.515.178,53	5.828.027,11	6.276.560,55	6.603.757,11
09-Previdência Social	9.054.858,04	11.138.980,80	11.892.746,02	13.834.134,63	17.612.397,96
10-Saúde	35.335.223,19	41.427.752,46	44.693.719,84	47.639.629,89	52.166.173,97
11-Trabalho	12.932,00	-	90,00	-	-
12-Educação	42.461.999,60	45.889.347,88	49.828.002,91	56.185.091,53	64.060.772,41
13-Cultura	1.871.356,55	2.679.645,95	1.723.231,05	2.074.610,53	2.218.546,75
14-Direitos da Cidadania	7.652,28	1.235,76	4.283,87	59.578,99	45.891,63
15-Urbanismo	22.492.326,78	24.743.401,98	18.139.684,62	20.980.202,03	20.018.256,28
16-Habitação	1.292.469,87	1.397.750,17	1.261.496,71	1.488.604,28	2.577.423,17
17-Saneamento	11.495.764,27	20.649.640,96	11.143.709,44	14.060.333,43	15.993.004,64
18-Gestão Ambiental	520.034,80	472.577,13	502.363,54	352.785,62	404.212,89
20-Agricultura	1.225.685,12	1.466.838,44	1.354.484,56	1.426.758,22	2.368.619,13
22-Indústria	1.988.084,01	1.941.438,96	1.306.039,67	4.468.693,73	1.725.386,65

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
23-Comércio e Serviços	533.399,21	303.882,60	603.313,24	909.723,53	734.235,64
24-Comunicações	12.291,38	4.085,55	4.955,95	-	-
25-Energia	-	-	-	2.738.937,35	3.864.688,85
27-Desporto e Lazer	3.192.960,41	2.821.810,51	2.772.790,94	2.369.015,77	2.728.735,53
28-Encargos Especiais	6.389.659,95	7.050.499,32	10.064.900,77	10.282.751,93	10.269.620,88
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	162.470.443,62	186.495.830,10	179.095.966,95	202.448.755,05	221.332.442,15

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	10.442.584,47	9,17
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	12.081.492,08	10,61
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	4.204.344,64	3,69
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	2.090.572,00	1,84
Cota do ICMS	46.615.710,48	40,93
Cota-Parte do IPVA	8.017.372,00	7,04
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	733.912,86	0,64
Cota-Parte do FPM	25.528.513,10	22,41
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.410.373,81	1,24
Cota do ITR	35.915,88	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	195.990,59	0,17
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.887.110,66	1,66
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	652.720,26	0,57
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	113.896.612,83	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.410.373,81	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	112.486.239,02	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	243.812.557,34
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	16.225.544,83
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência	7.021.113,31
(-) Contribuição Patronal para custeio do Regime Próprio de Previdência	5.381.453,14
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	215.184.446,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de São Bento do Sul (em Reais): 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	248.867.305,52	PASSIVO CIRCULANTE	15.355.209,83
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>18.622.327,58</u>	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	8.114.518,07
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	<u>6.960.045,82</u>	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.161.639,19
Créditos Tributários a Receber	5.665.971,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.405.935,83
Clientes	978.199,04	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	104.491,59
Empréstimos e Financiamentos concedidos	231.715,55	Provisões a Curto Prazo	18.928,42
Dívida Ativa Tributária	12.364,74	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.549.696,73
Dívida Ativa Não Tributária	71.795,23		
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	<u>1.123.804,71</u>		
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	<u>218.840.517,60</u>		
Investimento do RPPS	218.840.517,60		
<u>Estoques</u>	<u>1.894.761,55</u>		

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	1.425.848,26		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	260.802.298,28	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	230.038.213,27
Ativo Realizável a Longo Prazo	96.789.841,12	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	246.436,46
Créditos a Longo Prazo	95.836.499,83	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	8.140.530,67
Créditos Tributários a Receber	1.056.029,53	Provisões a Longo Prazo	221.651.246,14
Dívida Ativa Tributária	74.662.335,50	Provisões Matemáticas Previdenciárias	221.651.246,14
Dívida Ativa Não Tributária	20.118.134,80		
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	953.341,29		
<u>Investimentos</u>	4.486.899,04	TOTAL DO PASSIVO	245.393.423,10
Propriedades para Investimento	4.486.899,04		
<u>Imobilizado</u>	159.524.960,40		
Bens Móveis	23.294.573,66		
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-2.064.102,52		
Bens Imóveis	138.294.489,26		
<u>Intangível</u>	597,72		
		PATRIMONIO LIQUIDO	264.276.180,70
		Patrimônio Social e Capital Social	240.420.090,39
		Resultados Acumulados	23.856.090,31
		Resultado do Exercício	12.312.360,64
		Resultado de Exercícios Anteriores	11.543.729,67
TOTAL	509.669.603,80	TOTAL	509.669.603,80

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 41.139,64, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 215.405.557,10) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 215.446.696,74), refere-se ao valor registrado na Conta Realizável ao final do exercício anterior.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de R\$ 4.312.409,44 e a sua

correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,77** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 5.715.740,26** passando de um Superávit de R\$ 10.028.149,70 para um Superávit de **R\$ 4.312.409,44**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.412.153,64**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	215.446.696,74	237.463.269,38	22.016.572,64
Passivo Financeiro	11.372.657,68	14.224.058,56	2.851.400,88
Saldo Patrimonial Financeiro	204.074.039,06	223.239.210,82	19.165.171,76
Ativo Financeiro do IPRESBS	194.086.670,21	218.990.873,22	24.904.203,01
Passivo Financeiro do IPRESBS	40.780,85	64.071,84	23.290,99
Saldo Patrimonial Financeiro sem o IPRESBS	10.028.149,70	4.312.409,44	-5.715.740,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 218.990.873,22, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 64.071,84, se referem exclusivamente ao **IPRESBS**.

Obs.: As Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 44.411.172,14) e as Concedidas (R\$ 44.411.166,96), divergem em R\$ 5,18.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de São Bento do Sul, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	67.048,51	SUPERÁVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERÁVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	SUPERÁVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	1.319,33	SUPERÁVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERÁVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERÁVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.194.103,25	SUPERÁVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	SUPERÁVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	167.113,71	SUPERÁVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERÁVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	61.695,35	SUPERÁVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	207.752,78	SUPERÁVIT
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	96.626,40	SUPERÁVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 0,00	0,00	SUPERÁVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERÁVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	23,04	SUPERÁVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	0,00	SUPERÁVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2.665.226,06	SUPERÁVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	423.937,76	SUPERÁVIT
36 - Salário-Educação	115.512,87	SUPERÁVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	-86.181,96	DÉFICIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.788.303,62	SUPERÁVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	SUPERÁVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERÁVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERÁVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERÁVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERÁVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERÁVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERÁVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERÁVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERÁVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERÁVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERÁVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERÁVIT
80 - Outras Especificações	91.623,47	SUPERÁVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-740.227,48	DÉFICIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	379.326,56	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	7.433.203,27	
00 - Recursos Ordinários	-2.352.364,37	DÉFICIT
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-768.429,46	DÉFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-3.120.793,83	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	162.470.443,62	186.495.830,10	179.095.966,95	202.448.755,05	221.332.442,15
2 Restos a Pagar	15.626.433,65	8.229.797,82	9.526.236,81	10.201.584,10	12.726.476,43
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído o IPRESBSS	21.056.672,00	13.708.248,95	18.401.753,75	21.360.026,53	18.472.396,16
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído o IPRESBSS	16.546.846,31	9.400.740,47	10.674.226,27	11.331.876,83	14.159.986,72
5 Ativo Real	296.472.303,96	405.099.912,84	424.216.339,44	456.779.650,37	509.669.603,80
6 Passivo Real	200.286.794,98	169.363.764,18	199.057.491,23	211.515.216,79	250.293.622,60
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015

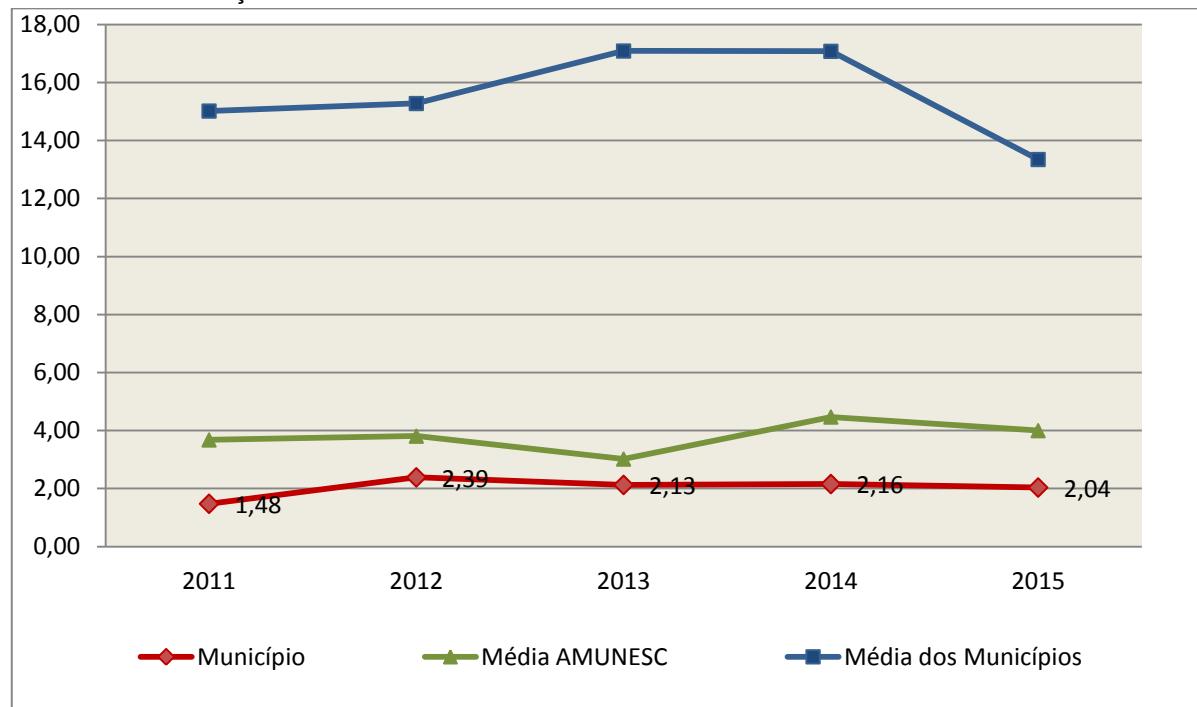
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,48	2,39	2,13	2,16	2,04
Situação Financeira (3÷4)	1,27	1,46	1,72	1,88	1,30
Restos a Pagar (2÷1)*100	9,62	4,41	5,32	5,04	5,75

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



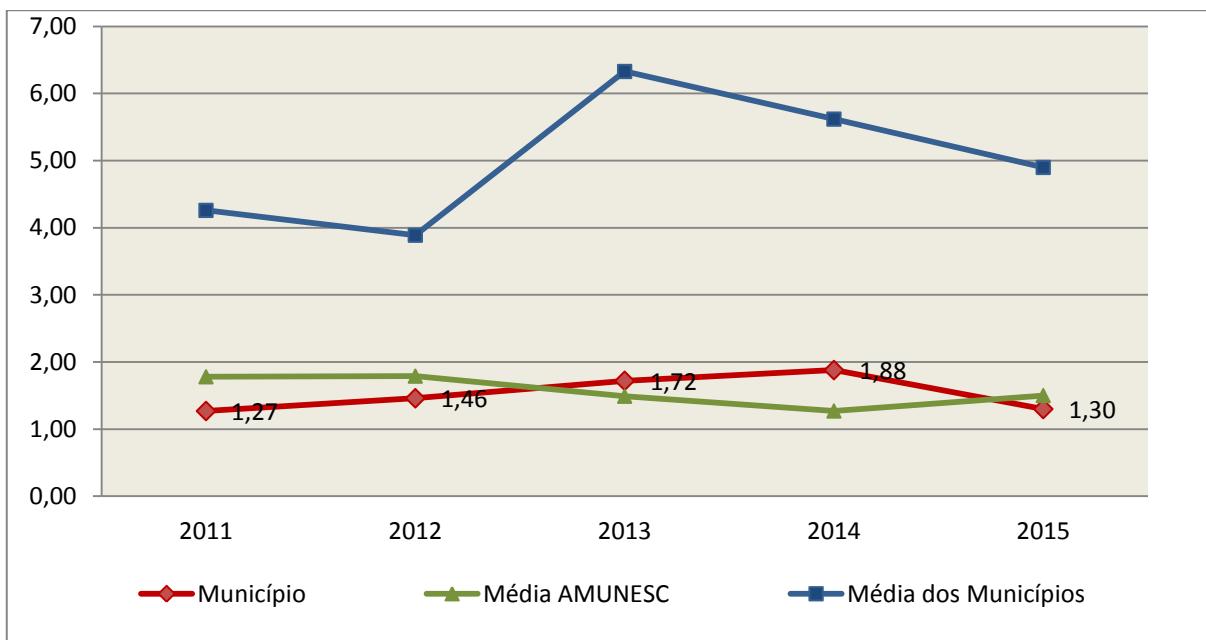
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **2,04** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

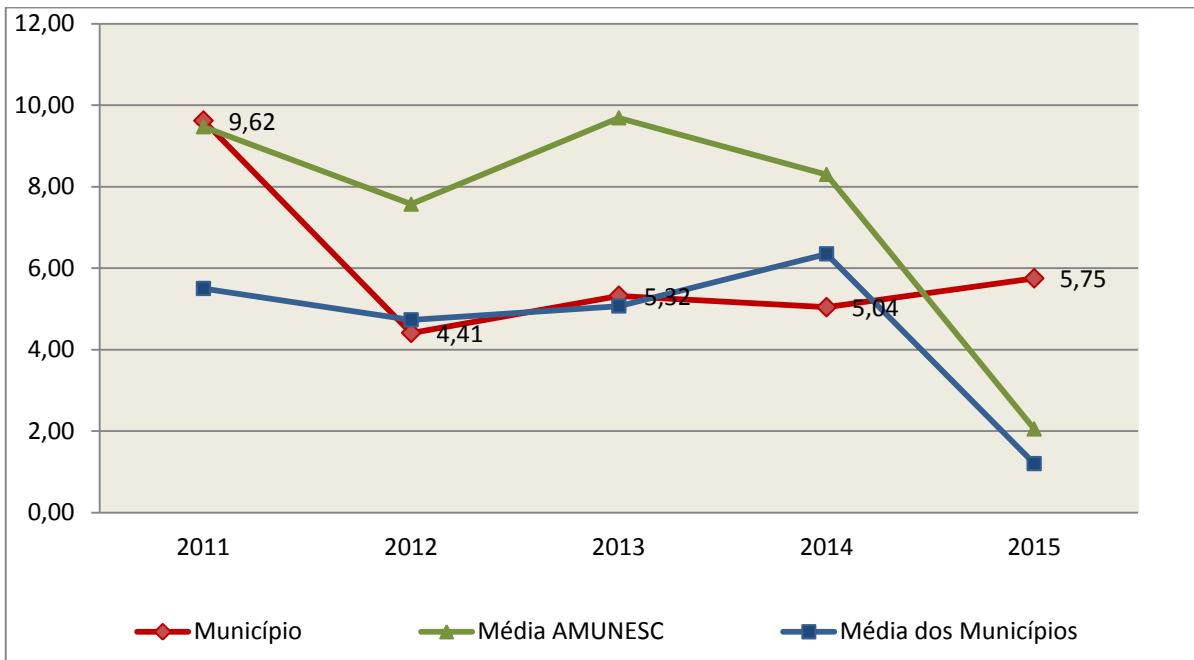
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **1,30** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de São Bento do Sul é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a 5,75% da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência

O Regime Próprio de Previdência de São Bento do Sul, gerido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2015, com data-base em 31/12/2014, com os seguintes resultados:

SÃO BENTO DO SUL	2015
Nº Servidores ativos	2.075
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	433
TOTAL	2.508
Resultados	Consolidado
Patrimônio Atual	194.952.778,17
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	248.805.403,06

⁴ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das receitas de contribuição dos servidores, receitas de contribuição da quota patronal e, dependendo da Unidade, das receitas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV, amortização de dívidas das contribuições passadas e das alíquotas suplementares e/ou aportes de caixa.

(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	469.427.859,01
Resultado Atuarial	(25.669.677,77)

De forma comparativa ao exercício anterior, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2013	31/12/2014
Patrimônio Atual	163.967.826,19	194.952.778,17
(+) Receitas Futuras Projetadas ⁴	206.173.462,13	248.805.403,06
(-) Benefícios Futuros Projetados ⁵	383.581.919,90	469.427.859,01
Resultado Atuarial	(13.440.631,58)	(25.669.677,77)

Segundo dados apresentados no relatório do atuário Sr. Adilson Costa (MIBA nº 1.032), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de São Bento do Sul é de desequilíbrio nos dois últimos exercícios, tendo sido apontado Déficit Atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2015, com data base em 31/12/2014, no valor de R\$ 25.669.677,77, o que indica que em 2015 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de direitos financeiros no montante indicado.

Considerando a situação supracitada, foi enviado à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul o Ofício Circular TCE/DMU nº 4.255/2015, para que o Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestasse acerca das medidas adotadas durante o exercício de 2014 com vistas à busca do reequilíbrio atuarial de seu Regime Próprio de Previdência.

A resposta ocorreu através do Ofício nº 496/2015, protocolado neste Tribunal sob o nº 6.930/2015, em 05/05/2015, cuja manifestação cingiu-se em informar que não houve adoção de medidas com vistas ao reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência em função de que o déficit ainda é pequeno e que as alíquotas praticadas são superiores ao custo do regime, sendo recomendado na ocasião, então, o acompanhamento da condição atuarial.

Considerando a substancial elevação do déficit atuarial, deve o atual gestor do Município de São Bento do Sul manifestar-se acerca de quais medidas foram adotadas no exercício de 2015 no intuito de sanar, ou ao menos combater o déficit atuarial encontrado, sempre na busca do reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência, conduta que lhe é exigível ante ao ordenamento pátrio.

Em manifestação protocolada neste Tribunal sob o nº 12.451/2016, em 08/07/16, o Prefeito do Município de São Bento do Sul sustentou, resumidamente, que o déficit atuarial apresentado pelo Relatório de Avaliação

⁵ O valor resultante da presente rubrica é composto pela somatória das despesas de benefício concedido, despesas de benefício a conceder e, dependendo da Unidade, das despesas oriundas de compensação previdenciária – COMPREV.

Atuarial de 2015 foi objeto de estudo e encaminhado projeto de lei para aprovação com o intuito alterar o plano de amortização, tendo sido aprovado e transformado na Lei Municipal nº 3.608/2015.

Notadamente, o Município de São Bento do Sul adotou medidas efetivas de combate à situação atuarial deficitária, uma vez que demonstrou que houve medidas para sua consecução ainda em 2015, de forma que se considera que o gestor tomou as medidas hábeis ao combate ao déficit atuarial vigente.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2015 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de R\$ **30.183.276,31** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **26,83%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de R\$ **13.310.340,46**, representando **11,83%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	112.486.239,02	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	52.166.173,97	46,38
Atenção Básica	36.173.434,50	32,16

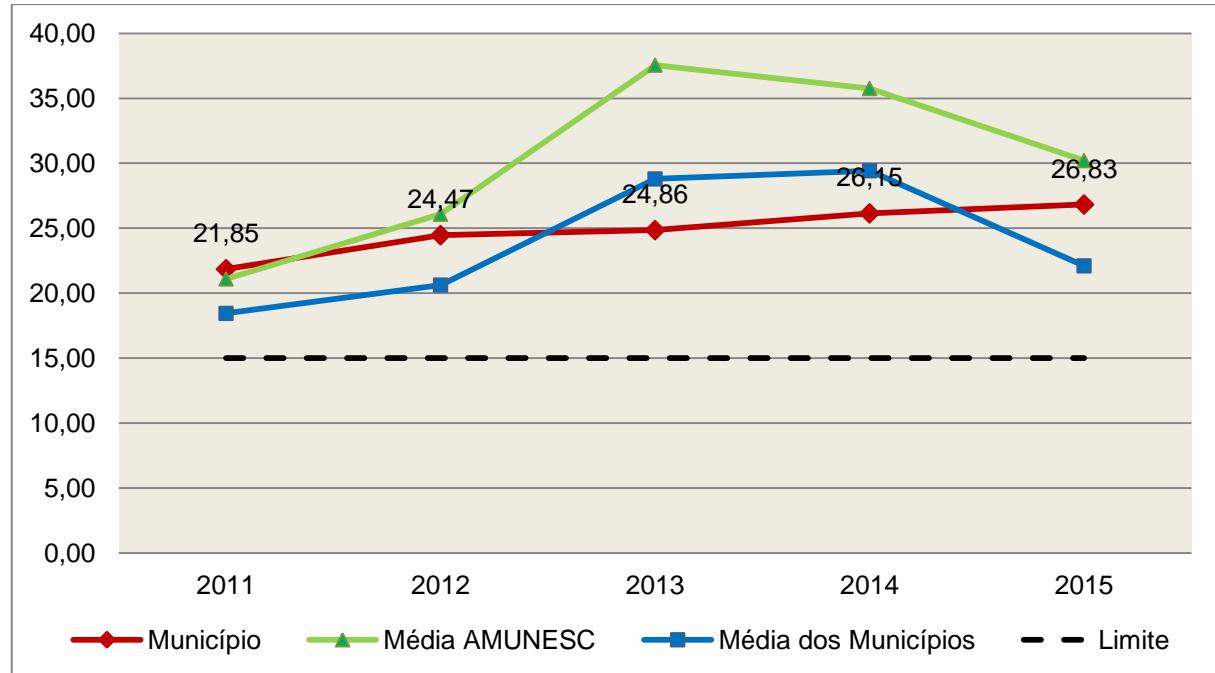
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.570.114,71	13,84
Vigilância Sanitária	27.679,00	0,02
Vigilância Epidemiológica	394.945,76	0,35
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	21.982.897,66	19,54
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	30.183.276,31	26,83
Valor Mínimo a ser Aplicado	16.872.935,85	15,00
Valor Acima do Limite	13.310.340,46	11,83

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de São Bento do Sul em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 34.519.257,93** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **30,31%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 6.045.104,72**, representando **5,31%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

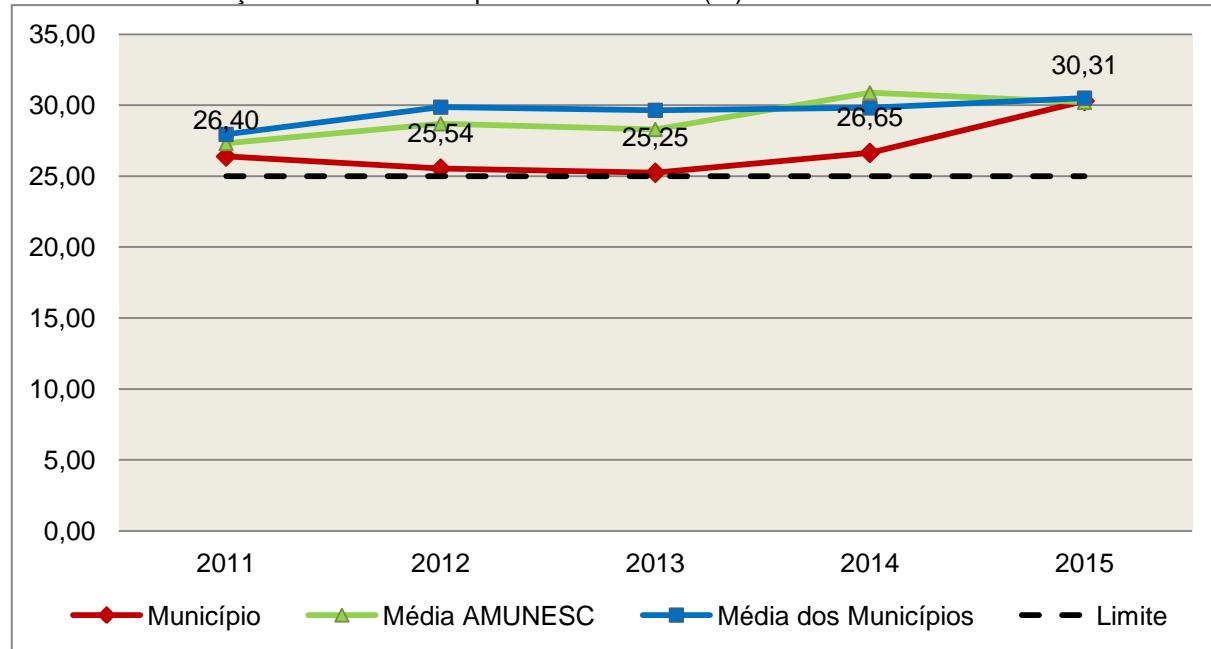
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	113.896.612,83	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	26.866.060,38	23,59
Educação Infantil	26.866.060,38	23,59
Valor Aplicado Ensino Fundamental	35.049.147,89	30,77
Ensino Fundamental	35.049.147,89	30,77
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	27.395.950,34	24,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo	34.519.257,93	30,31
Valor Mínimo a ser Aplicado	28.474.153,21	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	6.045.104,72	5,31

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de São Bento do Sul em 2015 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 27.006.473,25**, equivalendo a **71,88%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

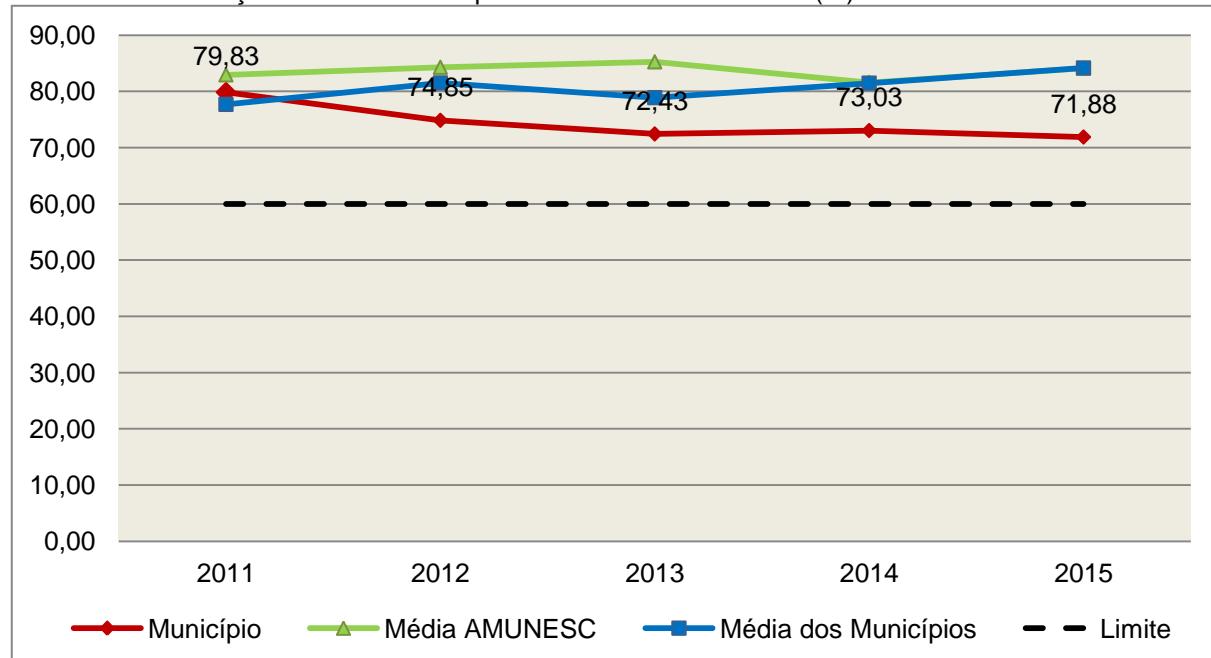
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	37.466.119,12
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	104.739,93
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	37.570.859,05

60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	22.542.515,43
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	27.006.473,25
Valor Acima do Limite	4.463.957,82

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 37.570.859,05**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

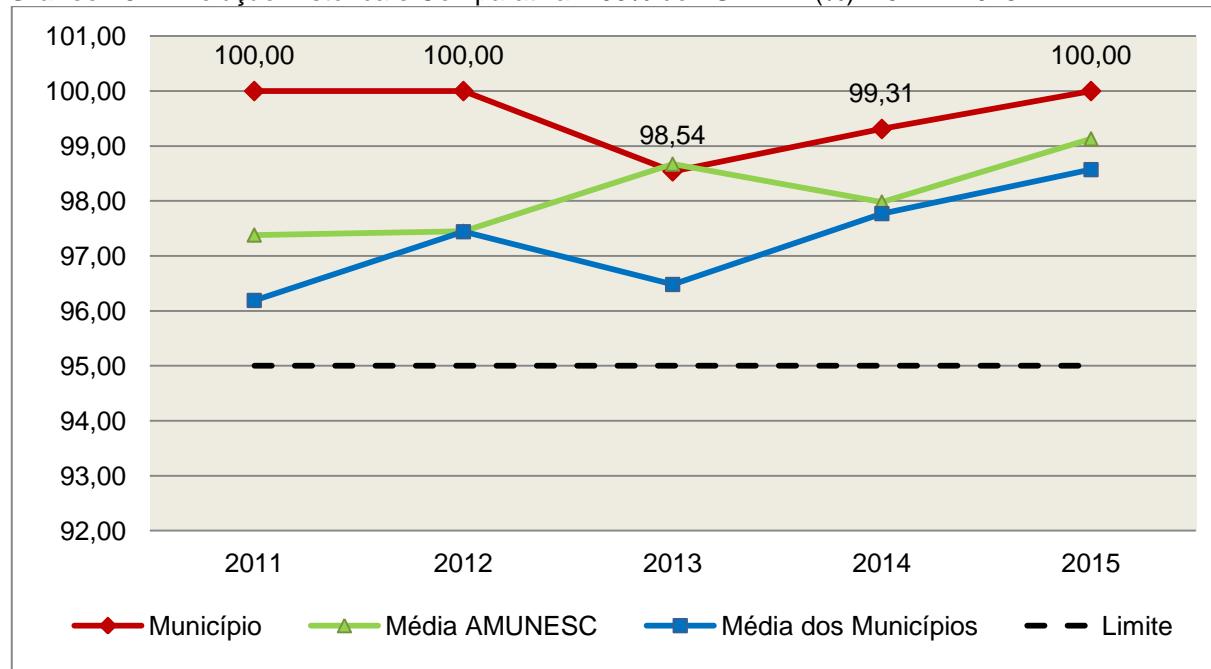
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	37.570.859,05
95% dos Recursos do FUNDEB	35.692.316,10
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	37.570.859,05
Valor Acima do Limite	1.878.542,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de São Bento do Sul ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 249.173,37, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	25.009,79
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	25.009,79
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

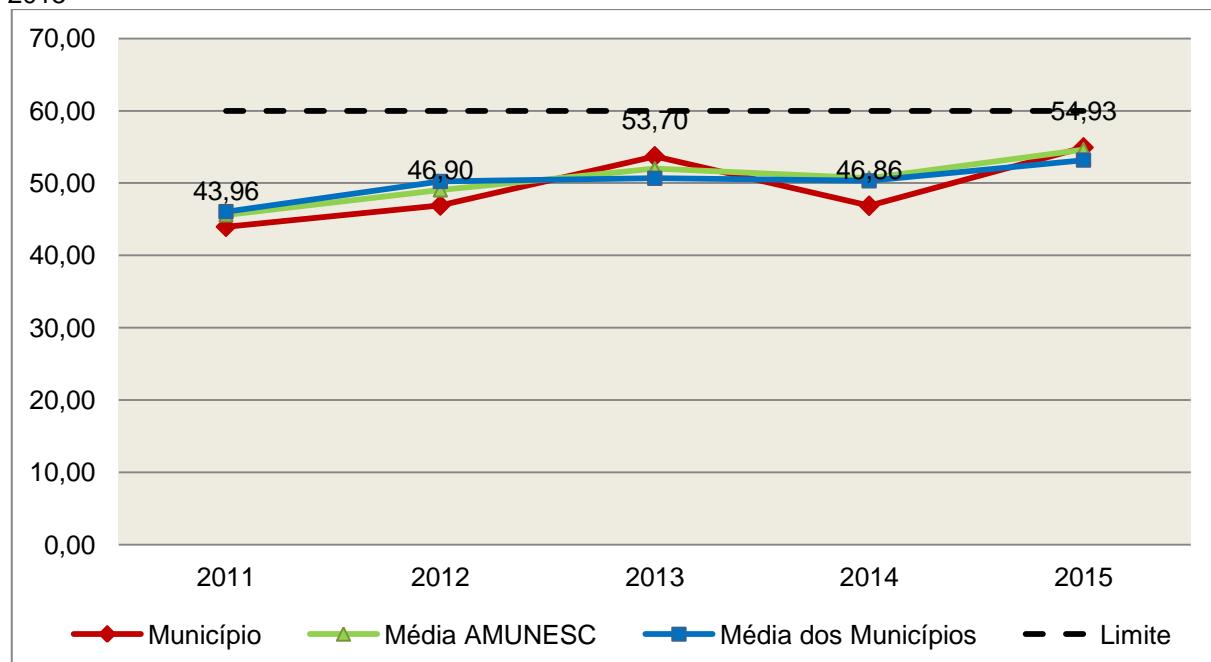
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	215.184.446,06	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	129.110.667,64	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	116.098.185,92	53,95
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.111.242,83	0,98
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	118.209.428,75	54,93
Valor Abaixo do Limite (60%)	10.901.238,89	5,07

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **54,93%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de São Bento do Sul, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	215.184.446,06	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	116.199.600,87	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	129.562.307,83	60,21
Pessoal e Encargos*	129.562.307,83	60,21
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**	13.464.121,91	6,26
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	116.098.185,92	53,95
Valor Abaixo do Limite (54%)	101.414,95	0,05

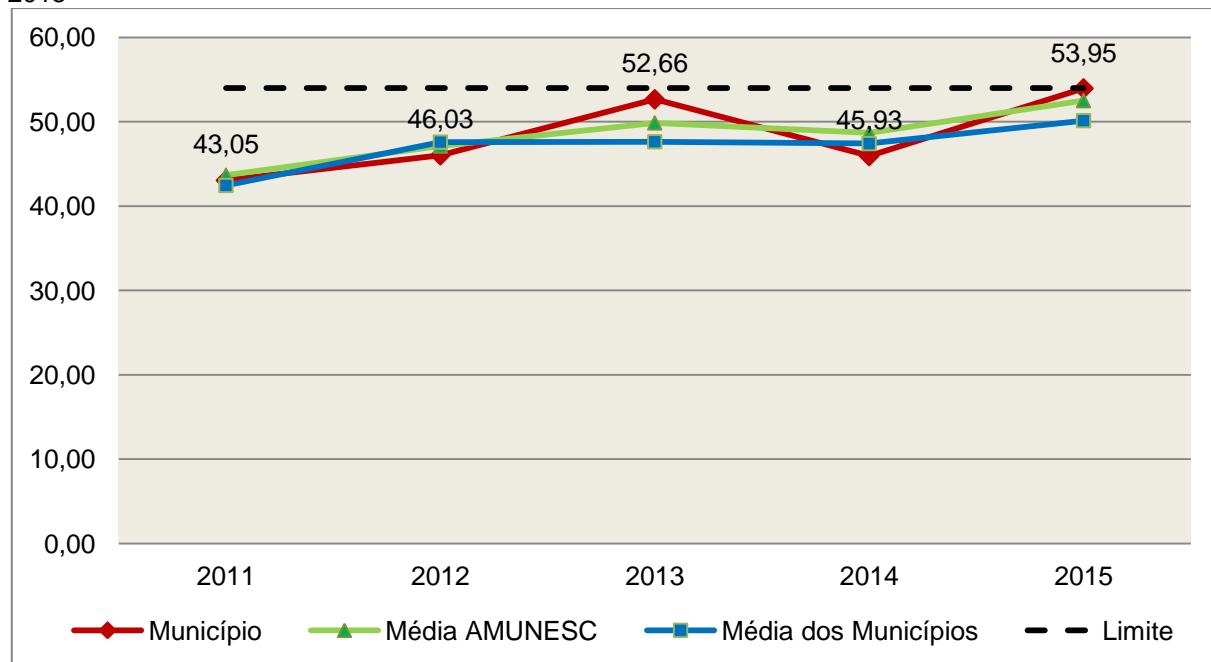
Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁶Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **53,95%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

⁶ Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6º edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015

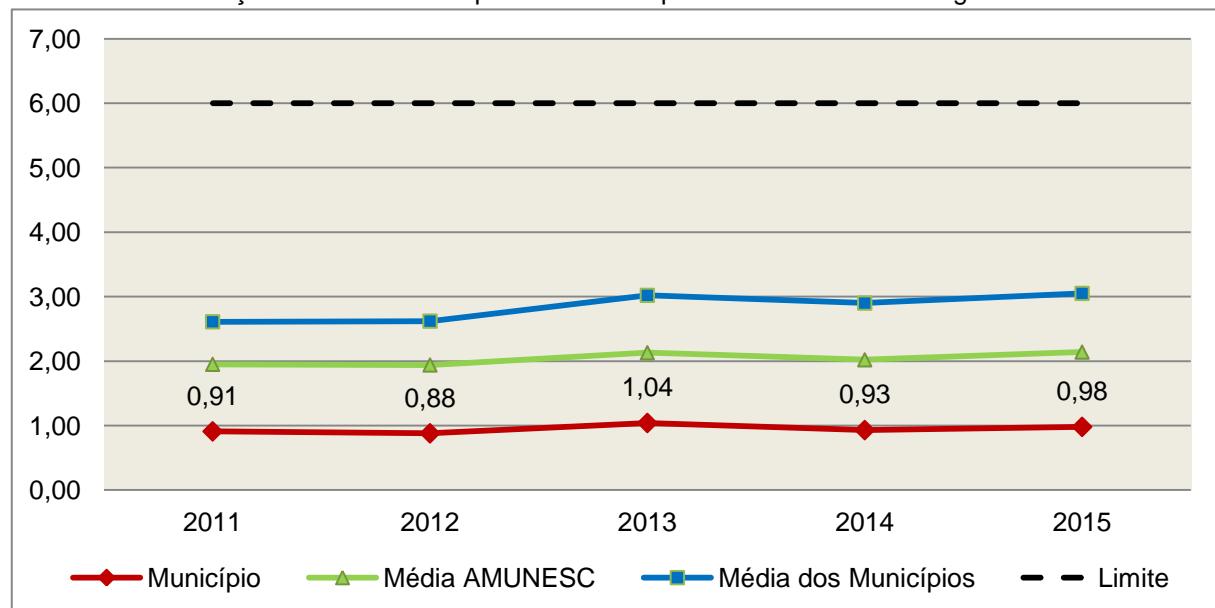
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	215.184.446,06	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.911.066,76	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.111.242,83	0,98
Pessoal e Encargos*	2.111.242,83	0,98
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.111.242,83	0,98
Valor Abaixo do Limite (6%)	10.799.823,93	5,02

Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **0,98%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007;
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;
- d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;
- f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁷.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

⁷ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de segurança social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e

competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, constata-se que as contas foram aprovadas com ressalva pelo Conselho Municipal de Assistência Social conforme descrito no Parágrafo Único do parecer emitido pelo Conselho, fl. 295 dos autos.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **São Bento do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **São Bento do Sul**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:



Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso:
21/03/2016 (fls. 383).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

- 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
- 8.1.1 Despesas empenhadas e liquidadas com a Especificação da Fonte de Recursos do Fundeb (R\$ **37.590.065,05**) em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ **37.570.859,05**), na ordem de **R\$ 19.206,00** em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I, do mesmo diploma legal (item 5.2.2, Quadro 15).
- 8.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 7.083,51**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -5.715.740,26) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 6.417.807,70), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 709.150,95, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).
- 8.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.1.4 Saldo Financeiro Credor da Fonte de Recursos "83", no montante de **R\$ 740.227,48**, em desacordo com o que estabelece o art. 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal (APÊNDICE - Planilha do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 6.417.807,70
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 4.312.409,44
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	26,83%
4.2) Ensino	25,00%	30,31%
4.3) FUNDEB	60,00%	71,88%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	54,93%
b) Poder Executivo	54,00%	53,95%
c) Poder Legislativo	6,00%	0,98%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar



nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de São Bento do Sul**.

Dante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 10/10/2016.

OLDAIR SCHROEDER
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 10/10/2016.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito



Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	21.508.032,78
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	52.585,44
Despesas financiadas com recursos da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária arrecadada pelo Fundo Municipal de Saúde	338.885,82
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira, conforme disposto no APÊNDICE, Relação 01.	83.393,62
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	21.982.897,66

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	2.417.593,53
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	19.575,61
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira, empenhos n. 2456 e 2905, conforme disposto no APÊNDICE, Relação 02	4.681,24
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise.	5.719,44
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	3.273.350,68
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	38.578,51
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira, empenhos 2903, 2904, 3405, 4000, 4166 e 6484/2015, conforme disposto no APÊNDICE, Relação 02	12.985,15
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	32,66
Valor referente a despesas consideradas na Educação Básica (368)I em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	28.945,93
Resultado líquido das transferências do Fundeb	21.240.574,29
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	104.739,93
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 18)	249.173,37
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	27.395.950,34

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência* (Grupo de Natureza de Despesa 1, Elemento de Despesa: 01, 03 e 05, contabilizadas no Instituto de Previdência, com Fontes de Recursos Vinculadas)	13.425.913,21
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92)	12.568,21
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	25.640,49
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	13.464.121,91

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	37.466.119,12
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	104.739,93
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	25.009,79
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	25.009,79
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015	37.570.859,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	6.562.569,67	6.170.308,92	5.834.351,94
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	302	14.205.213,03	14.085.734,53	14.052.909,36
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	27.679,00	26.889,00	26.839,93
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	305	394.945,76	385.604,17	333.604,17
80 - Outras Especificações	2015	302	197.847,32	197.847,32	197.847,32
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2015	301	119.778,00	119.778,00	119.778,00
TOTAL			21.508.032,78	20.986.161,94	20.565.330,72

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	139	05/01/2015	SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI	1.047,79	1.047,79	1.047,79	AUXILIO ASSISTENCIA SOCIAL OSMAR LINZMEYER (Compra Direta Nº 29/2015)
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1213	06/04/2015	IPRESB - INST. DE PREV. DOS SERV. MUNICIPAIS DE SB	927,81	927,81	927,81	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE JUROS PAGAMENTO EM ATRASO POR FALTA DE REPASSE DO MUNICIPIO DE FEV/15.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1891	01/06/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	153,23	153,23	153,23	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO , 54026920N, 13/02/2015, SÃO BENTO DO SUL, VILMAR MASSANEIRO, 00100R264087267, 22/09/2014, ITAPEMA/SC, PAULO NICOLAU THIESGES.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1830	01/06/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	153,22	153,22	153,22	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO , 54927895E, 10/03/2015, SÃO BENTO DO SUL, ROBERTO XAVIER, 00879855153227E, 30/09/2014, BALNEARIO CAMBURIU, MARCOS GEOFANE LOCH, CONFORME ANEXO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1708	19/05/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	297,94	297,94	297,94	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO , 812454927110E 19/12/2014, SÃO BENTO, MFL 1883, 812454926307E 03/07/2014, SÃO BENTO, 275350W004577426 EM 28/01/2014 EM CURITIBA, VILMAR MASSANEIRO.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2003	03/06/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	468,18	468,18	468,18	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 000100R268437677, 29/12/2014, BIGUAÇU, 00877954014414N 30/12/2014, FLORIANOPOLIS, 0087768776025418, 21/04/2014 EM JARAGUA DO SUL, 008779421103, 21/04/2014, EM BLUMENAU, 8779473493 03/11/2014 SÃO BENTO DO SUL, SIDNEI SCHNEIDER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1141	01/04/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	127,69	127,69	127,69	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 000300d000730474, CORUPA SC, 14/12/2012, WILSON GUESSER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2506	21/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	153,22	153,22	153,22	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 00812455515161D, 25/04/2014, SBS, MARCOS GEOVANE LOCH SILVA, 54928345E, 28/05/2015, SBS, JOSE ADOLAR MAIA.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2106	23/06/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	170,25	170,25	170,25	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 008779 501676, 27/01/15, JOINVILLE, 00812454026920N 13/02/15, SBS, VILMAR MASSANEIRO.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	326	29/01/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 8492066650, MBL 6765, JOINVILLE/SC 15/10/2014, ROBERTO XAVIER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2326	03/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	323,46	323,46	323,46	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO 8492070765, 23/04/15, CLEIDE ADRIANA DIAS, 54032620N, 05/03/2015, ROBERTO XAVIER, 54034080N, 10/03/15, ROBERTO XAVIER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3679	23/10/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO AUTO 275350-E001014261, CURITIBA/PR, MARCOS GEOVANE LOCH DA SILVA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	97	05/01/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO R253042107, MBL 6765, JOINVILLE/SC 05/09/2013, MARIO BARABAX.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1043	23/03/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	289,42	289,42	289,42	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO R265691362, DOBLO MFN6248,BIGUAÇI 06/11/2014,8492063885 EM 17/11/2014, SÃO BENTO DO SUL ROBERTO XAVIER, 8492066330 03/10/2014, MFF 1106, EM SÃO BENTO DO SUL, E 54005416N, MFF1106, 05/12/2014, SÃO BENTO DO SUL, SIDNEI CARLOS SILVERIO
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1292	10/04/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	136,20	136,20	136,20	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO R265945569, 13/11/2014, BIGUAÇU, EDER SCHROEDER, 8492068502, 12/01/2015, SÃO BENTO DO SUL, ROBERTO XAVIER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3678	23/10/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	85,13	85,13	85,13	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 000100R260776548, EM BIGUAÇU, JOSE LOURIVAL VIEIRA.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3428	06/10/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	340,50	340,50	340,50	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 008800880012702, BLUMENAU, 0084928492067323, SBS, 000100E240823788, BIGUAÇU, E 000100R263233596, BIGUAÇU, LAURINDO DE AGOSTINHO ARMINDO.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	4327	16/12/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	204,30	204,30	204,30	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 54282024F E 54282043F, SBS, ROBERTO XAVIER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3458	06/10/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE	102,15	102,15	102,15	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 55957283E, ROBERTO XAVIER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3427	06/10/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	170,24	170,24	170,24	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 8492069809 E 54017115N, SBS, LAURINDO DE AGOSTINHO ARMINDO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	4328	16/12/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	68,10	68,10	68,10	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO 8779574811, EM MASSARANDUBA, FERNANDO GROSSL PICKLER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3822	04/11/2015	SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	766,16	766,16	766,16	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTO DE MULTA DE TRANSITO, AUTO E249960753, EM RIO NEGRINHO, FERNANDO GROSSL PICKLER.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1329	16/04/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	4.333,56	4.333,56	4.333,56	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A ABRIL/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2947	25/08/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	4.383,11	4.383,11	4.383,11	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A AGOSTO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	4269	10/12/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	3.480,83	3.480,83	3.480,83	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A DEZEMBRO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	542	18/02/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	2.503,43	2.503,43	2.503,43	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A FEVEREIRO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2493	21/07/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	5.090,44	5.090,44	5.090,44	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A JULHO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2036	12/06/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	5.537,82	5.537,82	5.537,82	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A JUNHO/2015.
Fundo	02 - Receitas de	301	1744	19/05/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO	4.656,07	4.656,07	4.656,07	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de São Bento do Sul	Impostos e Transf de impostos: Saúde				DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN				PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A MAIO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	985	23/03/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	3.864,61	3.864,61	3.864,61	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A MARÇO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	4000	18/11/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	3.891,81	3.891,81	3.891,81	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A NOVEMBRO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3675	23/10/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	4.390,77	4.390,77	4.390,77	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A OUTUBRO/2015.
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	3271	22/09/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTAGIARIOS CIN	4.263,70	4.263,70	4.263,70	PELA DESPESA EMPENHADA PAGAMENTOS DE ESTAGIARIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, REFERENTE A SETEMBRO/2015.
TOTAL					52.585,44	52.585,44	52.585,44		

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	365	45.620,87	45.620,87	45.620,87
36 - Salário-Educação	2015	365	1.839.809,42	1.793.010,05	1.779.490,55
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	365	532.163,24	532.163,24	532.163,24
TOTAIS			2.417.593,53	2.370.794,16	2.357.274,66



Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1890	26/03/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN	19.575,61	19.575,61	19.575,61	PAGAMENTO DE BOLSAS PARA ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFERENTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO/2015 * EDUCAÇÃO INFANTIL
TOTAL						19.575,61	19.575,61	19.575,61	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2015	361	2.804.431,48	2.750.582,49	2.711.058,37
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	361	468.919,20	468.919,20	342.322,67
TOTAL			3.273.350,68	3.219.501,69	3.053.381,04

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6243	25/11/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN	2.958,51	2.958,51	2.958,51	COMPLEMENTO DO EMPENHO N. 1891/2015 REFERENTE PAGAMENTO DE BOLSAS PARA ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFERENTE O PERÍODO DE NOVEMBRO A DEZEMBRO/2015 * ENSINO FUNDAMENTAL
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5669	16/10/2015	A.G.R COM. E SERV. DE BRINDES MÁQ. E PLAST.LTDA ME	520,00	520,00	520,00	MEDALHAS, TROFEUS E OUTROS PARA FESTIVAL DE BANDAS (Compra Direta Nº 1639/2015)
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1891	26/03/2015	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES ESTÁGIOS CIN	20.000,00	20.000,00	20.000,00	PAGAMENTO DE BOLSAS PARA ESTAGIÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFERENTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO/2015 * ENSINO FUNDAMENTAL
Prefeitura	01 - Receitas	361	5097	01/09/2015	ANDERSON MAY	180,00	180,00	180,00	PAGAMENTO DE UMA DIÁRIA INTEIRA E UMA MEIA DIÁRIA PARA O SERVIDOR



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de São Bento do Sul	de Impostos e Transf de Impostos: Educação								ANDERSON MAY, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, MATRICULA 34350, VIAGEM À PALMA SOLA/SC, NO DIA 03/09/2015, COM SAÍDA ÀS 04:00HRS DO DIA 03/09/2015 E RETORNO ÀS 16:00HRS DO DIA 04/09/2015, COM VEICULO OFICIAL MODELO CAMINHÃO PLACAS MKC 3969 E COM O OBJETIVO DE BUSCAR 4.000 KG DE FEIJÃO, CONFORME DOAÇÃO CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2208	08/04/2015	ABS EVENTOS LTDA - ME	8.000,00	8.000,00	8.000,00	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS REALIZADOS PELA SEMED DO MUNICÍPIO DE SBS, CONFORME ANEXO. (Licitação Nº : 1/2015-PR)
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2223	08/04/2015	ABS EVENTOS LTDA - ME	6.920,00	6.920,00	3.529,20	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS REALIZADOS PELA SEMED DO MUNICÍPIO DE SBS, CONFORME ANEXO. (Licitação Nº : 1/2015-PR)
TOTAL						38.578,51	38.578,51	35.187,71	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)				SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	263.687,56	0,00	0,00	196.289,79		67.397,77	349,26		67.048,51	SUPERAVIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	218.806.478,85	4.914,11	1.266,11	57.891,62		218.742.407,01	218.741.087,68		1.319,33	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
06	3.482.124,27	40.850,25	197.255,54	1.049.915,23		2.194.103,25	0,00		2.194.103,25	SUPERAVIT
07	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

08	177.187,90	3.728,56	6.345,63	0,00		167.113,71	0,00		167.113,71	SUPERAVIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
10	69.657,35	0,00	0,00	7.962,00		61.695,35	0,00		61.695,35	SUPERAVIT
11	228.033,06	0,00	467,45	19.812,83		207.752,78	0,00		207.752,78	SUPERAVIT
12	133.020,86	2.415,91	33.978,55	0,00		96.626,40	0,00		96.626,40	SUPERAVIT
18	15.140,58	15.140,58	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
19	9.869,21	9.869,21	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
32	23,04	0,00	0,00	0,00		23,04	0,00		23,04	SUPERAVIT
33	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
34	3.668.370,91	346,50	19.803,50	982.994,85		2.665.226,06	0,00		2.665.226,06	SUPERAVIT
35	457.271,48	3,45	15.684,33	17.645,94		423.937,76	0,00		423.937,76	SUPERAVIT
36	270.893,81	1.688,96	53.043,62	100.648,36		115.512,87	0,00		115.512,87	SUPERAVIT
37	94.232,16	3.571,65	161.182,47	15.660,00		-86.181,96	0,00		-86.181,96	DÉFICIT
38	2.742.127,87	4.075,59	420.831,22	528.917,44		1.788.303,62	0,00		1.788.303,62	SUPERAVIT
39	15.692,10	0,00	15.692,10	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
62	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
80	91.623,47	0,00	0,00	0,00		91.623,47	0,00		91.623,47	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
83	-740.227,48	0,00	0,00	0,00		-740.227,48	0,00		-740.227,48	DÉFICIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
89	570.896,48	0,00	10,48	6.195,00		564.691,00	185.364,44		379.326,56	SUPERAVIT
93	9.113,52	9.113,52	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
T.	230.365.217,00	95.718,29	925.561,00	2.983.933,06	0,00	226.360.004,65	218.926.801,38	0,00	7.433.203,27	

B RECURSOS ORDINÁRIOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT			
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA				
0	2.791.336,07	475.636,35	2.847.310,92	1.820.753,17		-2.352.364,37	DÉFICIT			
1	3.299.253,81	649.096,01	2.632.491,41	17.666,39		0,00	SUPERAVIT			
2	1.007.462,50	277.131,48	1.420.913,60	77.846,88		-768.429,46	DÉFICIT			
T.	7.098.052,38	1.401.863,84	6.900.715,93	1.916.266,44	0,00	-3.120.793,83				

Obs.: As disponibilidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do RPPS foram consideradas como recursos vinculados.



Relação 01 - Deduções - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul

Competência: 2015/01 à 2015/06

Ano empenho	Data empenho	Unid. Orçam.	Nro. empenho	Credor	RP processados	RP não processados	Função	Subfunção	Especif. fonte recurso
2015	29/01/2015	17001	317	ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA	,	2.497,56	10	301	2
2015	29/01/2015	17001	318	CENTER VARIEDADES LTDA	,	10.174,21	10	301	2
2015	06/02/2015	17001	482	NIVALDO STOEBERL - TRANSPORTES COLETIVOS	,	105,20	10	301	2
2015	03/03/2015	17001	732	MAURO ALEXANDRE RIBEIRO	,	979,01	10	301	2
2015	10/03/2015	17001	809	CITOPAR CENTRO CITO PATOLOGIA PARANÁ S/C LTDA	,	5.005,10	10	301	2
2015	02/04/2015	17001	1174	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA	,	375,00	10	301	0
2015	03/06/2015	17001	1919	VERONEZI & CIA LTDA (NOVA AUTO ELÉTRICA)	,	1.800,00	10	301	0
2015	02/07/2015	17001	2272	DIAGNOSTICA CATARINENSE COM. DE PRODUTOS LABORATOR	,	229,40	10	301	2
2015	03/07/2015	17001	2317	MARQUES E ODORIZZI LTDA ME	,	1.500,00	10	301	0
2015	11/08/2015	17001	2760	VANDERLEI VALDEMIRO DO NASCIMENTO	,	120,00	10	301	2
2015	11/08/2015	17001	2774	VANDERLEI VALDEMIRO DO NASCIMENTO	,	120,00	10	301	2
2015	22/09/2015	17001	3273	VERONEZI & CIA LTDA (NOVA AUTO ELÉTRICA)	,	421,00	10	301	0
2015	06/10/2015	17001	3479	SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA	,	117,82	10	301	0
2015	16/10/2015	17001	3544	COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ELIO IGNACZUK LTDA	,	109,80	10	301	0
2015	22/10/2015	17001	3634	MOB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/S	,	480,00	10	301	0
2015	23/10/2015	17001	3660	CLAIR ADILSON LIS E CIA LTDA	,	325,00	10	301	0
2015	23/10/2015	17001	3727	SANVILLE COM DE PROD ORTOPEDICOS E TERAPEUTICOS LT	,	153,62	10	301	0



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

2015	23/10/2015	17001	3745	MARLISA ARMARINHOS PRESENTES E UTIL DO LAR LTDA	,	39,00	10	301	2
2015	25/11/2015	17001	4040	M&S FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	,	70,00	10	301	2
2015	04/12/2015	17001	4232	COMERCIO DE VEICULOS BEHR LTDA.	,	48,00	10	301	0
2015	04/12/2015	17001	4234	FISIOCENTER CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA	,	1.440,00	10	301	2
2015	04/12/2015	17001	4237	M&S FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	,	100,00	10	301	2
2015	04/12/2015	17001	4238	PROFARMA SPECIALTY S.A	,	4.844,40	10	301	2
2015	10/12/2015	17001	4285	M&S FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	,	26,00	10	301	2
2015	10/12/2015	17001	4286	FARMÁCIA CIÊNCIA E VIDA LTDA.	,	65,00	10	301	2
2015	10/12/2015	17001	4288	FARMÁCIA CIÊNCIA E VIDA LTDA.	,	62,00	10	301	2
2015	10/12/2015	17001	4289	JCW AUTO CENTER LTDA ME	,	70,00	10	301	2
2015	16/12/2015	17001	4326	JCW AUTO CENTER LTDA ME	,	40,00	10	301	0
2015	16/12/2015	17001	4351	ROBERTO XAVIER	,	30,00	10	301	2
2015	17/12/2015	17001	4355	MARCELO GROSSI	,	60,00	10	301	2
2015	17/12/2015	17001	4357	MARIO BARABAX	,	30,00	10	301	2
2015	18/12/2015	17001	4386	TREVICAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	,	113,00	10	301	2
2015	18/12/2015	17001	4389	VERONEZI & CIA LTDA (NOVA AUTO ELÉTRICA)	,	410,00	10	301	2
2015	18/12/2015	17001	4390	HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP	,	500,00	10	301	2
2015	22/12/2015	17001	4394	TREVICAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	,	680,00	10	301	2
2015	22/12/2015	17001	4395	JCW AUTO CENTER LTDA ME	,	120,00	10	301	2
2015	22/12/2015	17001	4396	VERONEZI & CIA LTDA (NOVA AUTO ELÉTRICA)	,	1.238,00	10	301	2
2015	22/12/2015	17001	4405	JCW AUTO CENTER LTDA ME	,	176,50	10	301	0
2015	22/12/2015	17001	4419	VILMAR MASSANEIRO	,	240,00	10	301	2
2015	30/12/2015	17001	4495	SBS TUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME	,	48.479,00	10	301	2
				TOTAL		83.393,62			



Relação 02 - Deduções- Despesas com Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Básica não liquidadas e sem cobertura financeira

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Competência: 2015/01 à 2015/06

Data empenho	Nr. empenho	Ano empenho	RP processado	RP não proc a liquidar	Unid. Orçam.	Função	Subfunção	Fonte recurso
30/12/2013	8682	2013	,	32,66	7001	12	361	1
		TOTAL		32,66				

28/02/2014	1502	2014	,	93,44	7001	12	365	1
09/06/2014	3870	2014	,	176,00	7001	12	365	1
02/07/2014	4488	2014	,	250,00	7001	12	365	1
26/08/2014	5688	2014	,	5.200,00	7001	12	365	1
		TOTAL		5.719,44				
24/01/2014	361	2014	,	211,43	7001	12	368	1
24/01/2014	363	2014	,	14.309,93	7001	12	368	1
27/01/2014	415	2014	,	6.636,34	7001	12	368	1
28/02/2014	1496	2014	,	5.766,00	7001	12	368	1
16/04/2014	2607	2014	,	30,00	7001	12	368	1
23/04/2014	2700	2014	,	162,87	7001	12	368	1
06/06/2014	3850	2014	,	201,97	7001	12	368	1
24/06/2014	4203	2014	,	374,20	7001	12	368	1
02/07/2014	4487	2014	,	135,05	7001	12	368	1
03/07/2014	4514	2014	,	931,31	7001	12	368	1
30/09/2014	6615	2014	,	186,83	7001	12	368	1
		TOTAL		28.945,93				